

Investigação na reta final

Principal linha da apuração sobre a emissão de diplomas sem validade aponta para o crime de estelionato. Vítimas ainda vão prestar depoimento



» GUILHERME GOULART

O inquérito policial aberto contra a atuação do Instituto Latino-Americano de Línguas (Ilal) no Distrito Federal entrou na fase final de investigação. Depois de ouvir os depoimentos dos donos da escola e de representantes de uma entidade carioca supostamente envolvida no esquema de venda e de emissão de certificados de conclusão de ensino médio na capital do país, os investigadores da Delegacia de Defraudação e Falsificação (DEF) se concentram agora nas vítimas da fraude. A depender do quer for dito, a polícia reunirá provas do estelionato praticado pelo Ilal.

A titular da DEF, delegada Ivone Rossetto, disse ontem que os depoimentos poderão deixar evidente a intenção da escola de lesar e fornecer informações erradas a pais e estudantes. "Queremos saber, por exemplo, se os alunos sabiam ou não que menores de 18 anos não poderiam participar do EJA (Educação de Jovens e Adultos), o que é proibido por lei. Por enquanto, o que temos são indícios fortes de estelionato", afirmou Ivone. A propaganda enganosa feita pelo Ilal aparece em informativos e materiais publicitários,

como comprovou o Ministério Público e o Procon.

Muitas vítimas ouvidas pela reportagem nas últimas semanas alegaram desconhecer qualquer irregularidade nos serviços oferecidos pelo Ilal. Estranharam a aplicação das provas de supletivo a distância — algumas ligaram para conhecidos durante os exames e consultaram as respostas das questões —, mas apresentaram certificados de conclusão de ensino sem validade para garantir vaga no ensino superior. O Ilal se aproveitava principalmente de casos de aprovados no vestibular do meio do ano, uma vez que

poucas escolas do DF liberam o aluno antes do fim do curso. Cobrava até R\$ 3 mil.

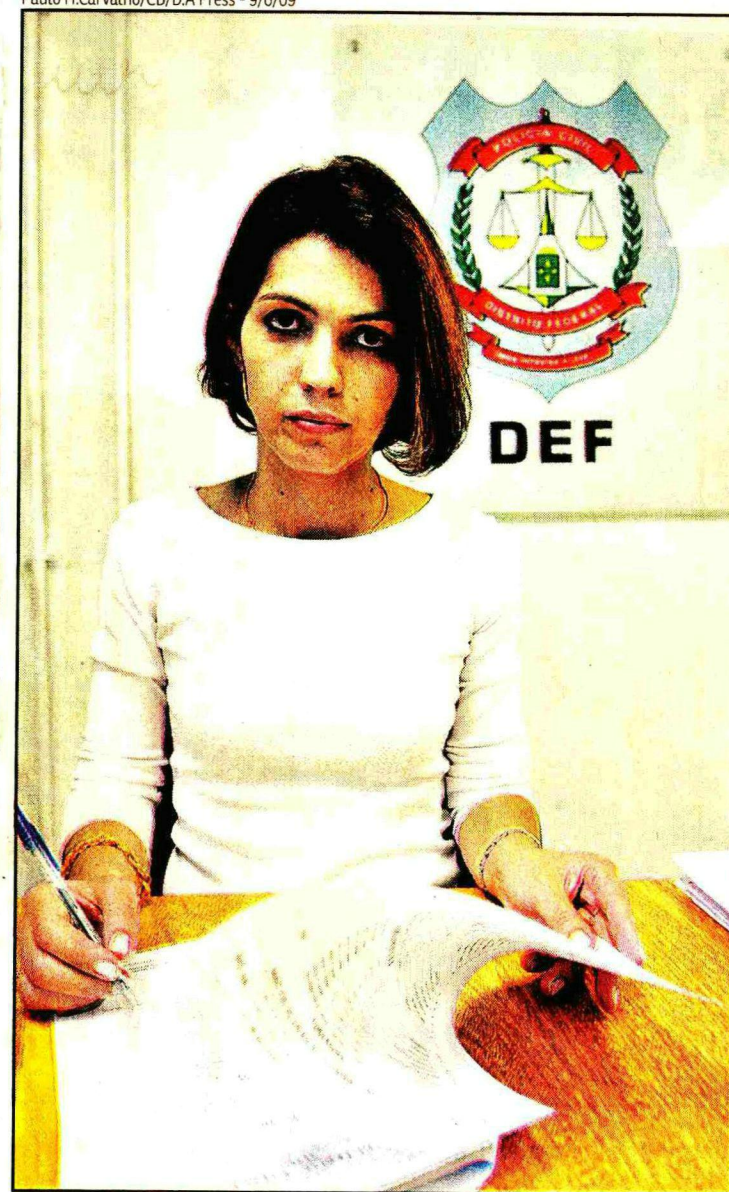
A situação de pais e estudantes perante a polícia e a Justiça está em discussão pelos órgãos à frente das investigações contra o Ilal. Mas a Procuradoria da República no Distrito Federal não descarta punições para quem comprou os diplomas falsos. A maioria também deve perder o espaço conquistado no ensino superior. As principais universidades candangas deram prazos para que os estudantes com documentos do Ilal se defendam. São 138 casos identificados em 2009, sendo que 81 deles na Universidade de Brasília (UnB) e 39 no Centro Universitário de Brasília (Uniceub), entre outras instituições de ensino superior.

Outras suspeitas

Além de estelionato, a DEF aprofunda as suspeitas de falsidade ideológica, uso de documento falso e falsificação de documento por parte do Ilal. Elas se reforçaram depois que os responsáveis legais da Empresa de Pesquisa, Ensino e Cultura (Epec), do Rio de Janeiro, prestaram esclarecimentos na DEF — alguns dos históricos distribuídos pelo Ilal levavam o carimbo



Quantidade de casos identificados de estudantes que apresentaram diplomas do ensino médio sem validade às universidades do Distrito Federal



Delegada Ivone Rossetto: "O que temos são indícios fortes de estelionato"

da entidade carioca. O diretor da Epec, Fernando Arduino, e o assessor jurídico Luiz Eduardo D'Ávila estiveram em Brasília e não confirmaram quaisquer vínculos com o Ilal.

Os dois apontaram ainda para a existência de outra empresa do Rio de Janeiro por trás da atuação do Ilal no DF. Trata-se de uma escola que recebeu aval da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro para a oferta de supletivo. A autorização pertencia à própria Epec, que repassou o serviço depois de assinar escritura de transferência

de responsabilidade. A instituição estaria ligada ao Ilal e não poderia usar a marca da anterior nos certificados de conclusão de ensino médio. A Epec tem várias unidades no Rio de Janeiro e oferece cursos de graduação e pós-graduação.

www.correiobraziliense.com.br



Comente esta reportagem na versão publicada no site do Correio Braziliense